

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, DAP, DRIPP.

Temas:

Atividade do PE, da Comissão e reuniões interparlamentares.

Pontos mais importantes a destacar (semana de 23 a 27 de setembro de 2019)

Parlamento Europeu (PE) – destaques Comissão Europeia audições dos Comissários no PE Reuniões do Conselho

1.º PARLAMENTO EUROPEU

- ❖ Migrações e asilo: tendo em vista desbloquear o impasse em torno da questão do sistema europeu de asilo, teve lugar esta semana (23 de setembro), em La Valetta, uma reunião informal entre os Governos de Malta, Finlândia (Presidência), Itália, Alemanha e França sobre a redistribuição de requerentes de asilo, tendo o Presidente do PE declarado que o acordo político alcancado respeita a posição do PE nesta matéria.
- Procuradoria Europeia: o PE e o Conselho chegaram a acordo sobre a designação da romena Laura Codruţa Kövesi como a primeira Procuradora da recém-criada Procuradoria-Europeia (EPPO).
- * Conferência sobre o futuro da Europa: a Presidente eleita da Comissão Europeia anunciou, nas suas linhas políticas diretrizes, que deseja que os cidadãos possam ter voz numa Conferência sobre o Futuro da Europa, a iniciar-se em 2020 e com a duração de dois anos, com a participação das instituições europeias e da sociedade civil como parceiros iguais. Esta Conferência deverá ser presidida por um Deputado ao PE e, na Comissão indigitada, ficará sob responsabilidade da Vice-Presidente para a Democracia e Demografia. a Comissão AFCO (Assuntos Constitucionais) realizou, esta semana, um debate sobre isto, tendo sido avançados alguns temas prioritários para o PE: direito de iniciativa do PE, direito de inquérito, listas transnacionais, o processo do Spitzenkandidat, tendo o Deputado Paulo Rangel recordado que é essencial que os Parlamentos nacionais estejam associados.
- Dialogo monetário (Comissão ECON): o Presidente do BCE esteve presente, pela última vez no presente mandato, na Comissão ECON <u>para apresentar o pacote mais recente de medidas do BCE.</u>



- **Conteúdo terrorista online:** a Comissão LIBE <u>votou favoravelmente o início de</u> negociações com o Conselho sobre esta proposta legislativa.
- ❖ Foi publicado o <u>Eurobarómetro</u> sobre as eleições europeias, com destaque para o aumento da participação dos jovens e o ambiente e economia como temas principais.

2.º COMISSÃO EUROPEIA - AUDICÕES DOS COMISSÁRIOS

Organização das audições

As <u>audições dos Comissários indigitados nas Comissões Parlamentares</u> respetivas do Parlamento Europeu terão lugar entre 30 de setembro e 8 de outubro. O calendário integral das audições está disponível <u>aqui</u> e o Serviço de Imprensa do PE divulgou uma <u>nota explicativa sobre o modo como se irão desenrolar estas audições</u>. Para conhecer com detalhe o perfil e o portfólio de cada um dos candidatos a Comissário, o Serviço de Pesquisa do PE (EPRS) elaborou um <u>briefing detalhado</u>, cuja consulta é essencial para compreender todo este processo.

No essencial, cada audição terá uma duração de três horas. O comissário indigitado fará uma declaração introdutória de 15 minutos, seguindo-se as perguntas dos eurodeputados. No total, serão colocadas 25 perguntas (para além das cinco já respondidas por escrito): um minuto por pergunta, seguido de uma resposta de três minutos do candidato a comissário e de uma eventual pergunta complementar do eurodeputado. Cada comissário indigitado comparecerá perante uma ou mais comissões parlamentares, dependendo do respetivo portfólio, para uma audição única.

A audição da candidata portuguesa a membro da Comissão Europeia, Elisa Ferreira, está agendada para o dia 2 de outubro, das 18h30 às 21h30 (hora em Bruxelas, menos uma em Lisboa), sendo questionada pelos Deputados das comissões do <u>Desenvolvimento Regional</u> (comissão competente), dos <u>Orcamentos</u> e dos <u>Assuntos Económicos e Monetários</u> (comissões associadas).

Antes das audições, as comissões parlamentares competentes submetem perguntas escritas aos comissários indigitados antes da realização das audições. Este procedimento escrito é o primeiro passo do processo de escrutínio e avaliação da aptidão e competência dos candidatos a comissários. São enviadas duas perguntas comuns a cada um dos candidatos, formuladas pela Conferência dos Presidentes das Comissões, a primeira sobre questões de competência geral, de empenho europeu e de independência pessoal, e a segunda sobre a gestão da pasta e a cooperação com o Parlamento Europeu. A comissão responsável pela audição apresenta outras cinco perguntas. No caso de comissões conjuntas, cada uma delas pode apresentar três perguntas.



O <u>Parlamento Europeu publicou hoje as respostas dos comissários indigitados</u> às perguntas escritas das comissões parlamentares responsáveis pelas audições, que estão disponíveis <u>aqui</u> (clique na pasta/nome de cada comissário indigitado). As <u>respostas de Elisa Ferreira</u>, comissária indigitada para a pasta da Coesão e Reformas, também estão disponíveis (fonte: Serviço de Imprensa do PE).

Audicões suspensas - conflito de interesses

A <u>Comissão de Assuntos Jurídicos (JURI) do PE</u> é , responsável, nos termos do <u>Regimento</u> respetivo, por analisar as declarações de interesses financeiros dos candidatos a Comissários:

Artigo 2.º: Análise da declaração de interesses financeiros (Anexo VII do Regimento)

- 1. A comissão competente para os assuntos jurídicos <u>analisa as declarações de interesses</u> <u>financeiros</u> e avalia se a declaração feita por um comissário indigitado é exata e completa e se, do seu conteúdo, é possível inferir um conflito de interesses.
- 2. A confirmação (...) da inexistência de conflitos de interesses <u>é um requisito prévio essencial</u> para a realização da audição pela comissão competente (...). Na falta dessa confirmação, o processo de nomeação do comissário indigitado é suspenso enquanto decorrer o procedimento previsto no n.º 3, alínea c).
- 3. Aquando da análise das declarações de interesses financeiros pela comissão competente para os assuntos jurídicos, aplicam-se as seguintes <u>diretrizes</u>:
- a) Se (...) a comissão competente para os assuntos jurídicos considerar, com base nos documentos apresentados, que a declaração de interesses financeiros é exata, está completa e não contém informações que deixem antever a existência de um conflito de interesses (...), o presidente envia uma carta confirmando essas conclusões às comissões competentes (...)
- b) Se a comissão (...) considerar que a declaração de interesses de um comissário indigitado contém informações incompletas ou contraditórias, ou que são necessárias informações complementares, solicita ao comissário indigitado que (...), preste essas informações complementares sem demora indevida e analisa-as adequadamente antes de tomar a sua decisão; se adequado, a comissão pode decidir convidar o comissário indigitado para um debate;
- c) Se, com base na declaração de interesses financeiros ou nas informações complementares prestadas pelo comissário indigitado, a comissão (...) identificar um conflito de interesses, elabora recomendações para pôr termo ao conflito de interesses; estas recomendações podem incluir a renúncia aos interesses financeiros em causa ou a mudança da pasta do comissário indigitado pelo Presidente da Comissão; em casos mais graves, se o conflito de interesses não puder ser resolvido, e em último recurso, a comissão competente para os assuntos jurídicos pode concluir que o comissário indigitado não tem condições para exercer as suas funções (...); o Presidente do Parlamento solicitará, então, ao Presidente da Comissão que o informe sobre as medidas adicionais que pretende tomar.



É a <u>primeira vez que este procedimento se aplica desde a sua entrada em vigor</u>, e o disposto nas alíneas b) e c) do n.º 3 foi invocado pela Comissão JURI para declarar que os candidatos a Comissário indicados pela Hungria (László Trócsányi, PPE) e pela Roménia (Rovana Plumb, S&D) apresentaram <u>conflitos de interesses inultrapassáveis</u>. As conclusões da Comissão JURI são reservadas, mas é possível saber que foram enviadas duas cartas ao Presidente do PE com a argumentação, cujos parágrafos mais salientes reproduzimos a seguir (apenas disponível em língua inglesa):

- Rovana Plumb:

At its meeting of 26 September 2019, the Committee on Legal Affairs decided that it is necessary to address to the President elect of the Commission its concerns that there is a potential conflict of interest in connection with the portfolio of Commissioner for Transport. This stems from a loan received by the Commissioner-designate from a physical person operating professionally in the area of tourism, as well as from the fact that on the basis of information the Committee received, it is not clear how this outstanding loan is to be paid back in an open and transparent manner. Therefore, the Committee on Legal Affairs considers that at this stage and until this conflict of interests is resolved, there is a serious doubt as to whether the Commissioner-designate can exercise her role as a Commissioner for Transport. The Committee on Legal Affairs is also concerned that the issues related to the paying back of the outstanding loan might remain such as to continue to create a potential conflict of interests also in relation to other portfolios.

- László Trócsányi:

At its meeting of 26 September 2019, the Committee on Legal Affairs decided that it is necessary to address to the President-elect of the Commission its concerns that there is a potential conflict of interest in connection with the portfolio of Commissioner for Neighbourhood and Enlargement. This stems from the following concerns: i) the Commissioner-designate's multiple and clear involvement in the Nagy és Trócsányi law firm; ii) his connections to Russia, especially having regard to his role as Minister of Justice in the extradition of Russian suspects to Russia, who were subsequently allegedly released, despite a prior extradition request from the US; iii) his involvement as Minister of Justice in a 2018 contract obtained by Nagy és Trócsányi law firm regarding Paks II Nuclear Power Plant despite the existence of a conflict of interest clause; iv) the appointment of a co-owner of the Nagy és Trócsányi law firm as his personal advisor in the Ministry of Justice at a time when the Commissioner-designate still owned 12.6% of that firm.

Neste momento, subsistem várias <u>dúvidas</u> sobre os próximos passos. O Presidente do PE, que tem a missão de comunicar à Presidente eleita da Comissão a decisão da Comissão JURI, terá pedido a esta Comissão parlamentar esclarecimentos adicionais sobre o alcance desta deliberação e as possíveis vias para a respeitar: *i) a Presidente da Comissão apresenta soluções para sanar os conflitos de interesses? ii) não sendo possível, solicita a estes Estados-Membros que indiquem novos candidatos*

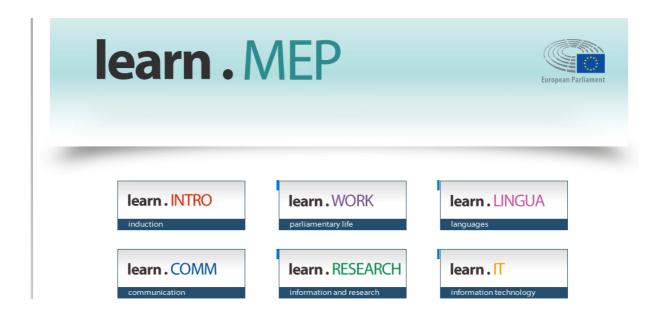


(sendo que Hungria e Roménia reagiram muito negativamente a esta possibilidade)?; iii) neste caso, será para as mesmas pastas ou obrigará a uma reorganização de toda a distribuição de Comissários?

A única certeza, de momento, é que as audições destes dois candidatos estão suspensas e que <u>a</u> <u>Comissão IURI reunirá no dia 30 de setembro, às 10h30</u>, sobre esta matéria.

3.º PARLAMENTO EUROPEU - ACOLHIMENTO DOS NOVOS DEPUTADOS

A unidade de formação do PE disponibilizou, desde o início desta Legislatura, <u>um pacote de serviços de formação para Deputados e assistentes parlamentares</u>, seja com base num catálogo pré-existente (imagem abaixo) ou em formação feitas por medida, a pedido do Deputado e para colmatar necessidades específicas. A ligação para esta informação apenas está disponível na intranet do PE, mas ficamos à disposição para aprofundar qualquer um destes aspetos, que cobre diversas áreas (desde a logística de instalação, condições financeiras e gestão do gabinete, até ao processo legislativo europeu, cooperação interinstitucional, dossiês temáticos concretos, ou formação linguística).



4.º REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Os resultados das duas reuniões do Conselho desta semana estão disponíveis nas respetivas páginas:



- Reunião informal dos ministros da Agricultura, (22-24/09/2019)
- Conselho de Competitividade (26-27/09/2019).

❖ DESTAQUES DA AGENDA (semana de 30 de setembro a 4 de outubro)

CONSELHO

O planeamento dos trabalhos do Conselho para a próxima quinzena está <u>disponível</u> <u>detalhadamente</u>, bem como o da <u>Presidência</u> finlandesa, sendo de destacar o Conselho de Ambiente, previsto para dia 4 de outubro (<u>página da reunião</u>).

PARLAMENTO EUROPEU

A próxima semana será, como referimos, dedicada ao trabalho das <u>Comissões Parlamentares</u> e às audições dos candidatos a Comissários. Os restantes temas constates das agendas das várias Comissões podem ser consultados <u>aqui</u>.

CONFERÊNCIAS INTERPARLAMENTARES

Terá lugar em Helsínquia, nos dias 30 de setembro a 1 de outubro, a <u>Conferência interparlamentar sobre a Estabilidade, a Coordenação Económica e Governação na União Económica e Monetária,</u> em que participará uma delegação da Assembleia da República, composta pelos Srs. *Deputados Joana Barata Lopes* (*PSD, Comissão de Trabalho e, Segurança Social*), *Ana Oliveira* (*PSD, Comissão de Assuntos Europeus*), *Inês Domingos* (*PSD, Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa*), *Ricardo Bexiga* (*PS, Comissão de Trabalho e Segurança Social*), *António Gameiro* (*PS, Comissão de Assuntos Europeus*), *Fernando Rocha Andrade* (*PS, Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa*) e *Pedro Mota Soares* (*CDS-PP, Comissão de Assuntos Europeus*).

Bruxelas | 27 de setembro de 2019

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73